

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Ordinária		0,01747
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	0,01747
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,01922

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	7.026.460	6.794.213
1.01	Ativo Circulante	1.395.985	1.489.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	249.933	252.479
1.01.02	Aplicações Financeiras	48.930	26.726
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	48.930	26.726
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	48.930	26.726
1.01.03	Contas a Receber	725.874	987.586
1.01.03.01	Clientes	725.874	987.586
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	725.874	987.586
1.01.04	Estoques	11.613	14.018
1.01.06	Tributos a Recuperar	174.326	121.871
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	174.326	121.871
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	59.434	35.699
1.01.06.01.02	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	42.155	11.234
1.01.06.01.03	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	51.007	55.226
1.01.06.01.04	Programa de integração social - PIS	3.444	3.012
1.01.06.01.05	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	15.811	13.901
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.667	1.537
1.01.06.01.07	Outros	808	1.262
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.568	1.637
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	174.741	85.169
1.01.08.03	Outros	174.741	85.169
1.01.08.03.01	Recursos CDE	69.647	0
1.01.08.03.02	Entidade de previdência privada	10.702	9.952
1.01.08.03.03	Serviços em curso	49.729	43.826
1.01.08.03.04	Outros ativos circulantes	44.663	31.391
1.02	Ativo Não Circulante	5.630.475	5.304.727
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.056.070	2.213.785
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.596	50.169
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.596	50.169
1.02.01.03	Contas a Receber	103.576	133.441
1.02.01.03.01	Clientes	103.576	133.441
1.02.01.06	Tributos Diferidos	229.247	236.966
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	229.247	236.966
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.719.651	1.793.209
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	73.328	75.407
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	197.536	183.748
1.02.01.09.05	Entidade de previdência privada	20.547	14.770
1.02.01.09.06	Partes Relacionadas	177	257
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.425.166	1.516.172
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	2.897	2.855
1.02.02	Investimentos	11.327	11.432
1.02.04	Intangível	3.563.078	3.079.510

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	7.026.460	6.794.213
2.01	Passivo Circulante	1.764.243	1.519.827
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.582	48.395
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.582	48.395
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	44.582	48.395
2.01.02	Fornecedores	499.177	504.700
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	499.177	504.700
2.01.03	Obrigações Fiscais	149.081	125.218
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	116.792	75.441
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	64.660	4.891
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	6.337	8.564
2.01.03.01.03	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	28.101	38.662
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.271	4.002
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.210	1.053
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	11.430	12.592
2.01.03.01.07	Outros	1.783	5.677
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	31.894	49.171
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	31.894	49.171
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	395	606
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	395	606
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	693.786	476.901
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	591.735	290.934
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	434.615	236.160
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	157.120	54.774
2.01.04.02	Debêntures	102.051	185.967
2.01.05	Outras Obrigações	350.507	340.714
2.01.05.02	Outros	350.507	340.714
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	102.766	167.595
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	33.129	59.199
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	214.612	113.920
2.01.06	Provisões	27.110	23.899
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.110	23.899
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.320	904
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.985	13.140
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	7.872	7.187
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	2.933	2.668
2.02	Passivo Não Circulante	2.580.146	2.934.147
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.355.312	2.710.292
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.315.987	2.611.726
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.678.676	1.872.064
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	637.311	739.662
2.02.01.02	Debêntures	39.325	98.566
2.02.02	Outras Obrigações	68.188	83.031
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	91	88

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	91	88
2.02.02.02	Outros	68.097	82.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	28.361	27.397
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	10.215	1.078
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	5.474	4.598
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	1.803	1.803
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	19.842	45.665
2.02.04	Provisões	156.646	140.824
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	156.646	140.824
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.501	10.518
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	84.915	74.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.609	40.727
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	16.621	15.119
2.03	Patrimônio Líquido	2.682.071	2.340.239
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivo Fiscal	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.102.930	1.106.123
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.102.930	1.102.732
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.391
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	337.508	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.420	-6.097

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.215.097	2.653.590	1.371.968	2.712.514
3.01.01	Receita Bruta	1.668.437	3.592.057	1.940.698	3.852.705
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-453.340	-938.467	-568.730	-1.140.191
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-870.773	-1.869.568	-1.010.263	-1.898.632
3.03	Resultado Bruto	344.324	784.022	361.705	813.882
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-149.927	-306.335	-115.866	-316.978
3.04.01	Despesas com Vendas	-98.531	-190.604	-65.550	-212.117
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.396	-115.731	-50.316	-104.861
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	194.397	477.687	245.839	496.904
3.06	Resultado Financeiro	-41.047	-75.665	-53.736	-120.389
3.06.01	Receitas Financeiras	142.646	241.987	60.877	144.038
3.06.02	Despesas Financeiras	-183.693	-317.652	-114.613	-264.427
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	153.350	402.022	192.103	376.515
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.077	-64.514	-29.570	-60.444
3.08.01	Corrente	-17.052	-60.669	-40.400	-62.359
3.08.02	Diferido	-10.025	-3.845	10.830	1.915
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	126.273	337.508	162.533	316.071
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	126.273	337.508	162.533	316.071
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,65	1,74	0,84	1,63
3.99.01.02	PNA	0,65	1,74	0,84	1,63
3.99.01.03	PNB	0,72	1,91	0,92	1,79

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	126.273	337.508	162.533	316.071
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.422	7.517	37.594	6.609
4.02.01	Ajustes ativos financeiros da Concessão	0	0	39.656	6.480
4.02.02	Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	0	0	-2.207	-2.207
4.02.03	Efeitos CPC 33 (R1)	1.422	7.517	145	2.336
4.03	Resultado Abrangente do Período	127.695	345.025	200.127	322.680

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	683.080	587.048
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	698.042	708.018
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	402.022	422.376
6.01.01.02	Amortização	145.381	117.085
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	112.820	39.630
6.01.01.04	Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	-17.857	-31.755
6.01.01.05	Perda com baixa do ativo intangível em curso	6.890	43.009
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	30.360	11.521
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.426	106.152
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.962	-120.970
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	273.151	-44.461
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-53.810	-64.623
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	4.280	-6.404
6.01.02.04	Estoques	2.405	1.095
6.01.02.05	Subvenções / Recursos CDE	-69.647	0
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-9.654	-25.412
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	-8.931	-4.833
6.01.02.08	Entidade de previdência privada	4.865	-3.725
6.01.02.09	Partes Relacionadas	80	-356
6.01.02.10	Outros ativos	-34.319	-31.881
6.01.02.11	Fornecedores	-4.559	40.371
6.01.02.12	Salários e encargos a pagar	-3.813	10.229
6.01.02.13	Encargos de dívidas e swap pagos	-119.841	77.419
6.01.02.14	Taxas regulamentares	-18.438	-4.819
6.01.02.15	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	24.409	50.990
6.01.02.16	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-61.186	-44.824
6.01.02.17	Partes Relacionadas	2	3
6.01.02.18	Indenizações/contingências pagas	-14.827	-11.597
6.01.02.19	Outros passivos	74.871	-58.142
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-525.557	-477.492
6.02.01	Aquisição de intangível	-551.951	-471.785
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-157.695	-148.309
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	184.089	142.602
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-160.069	-186.725
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	85.860	100.514
6.03.02	Captação de Debêntures	6.203	0
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-84.426	-176.432
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	-139.864	-57.188
6.03.05	Obrigações vinculadas	40.182	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-68.024	-53.619
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.546	-77.169
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.479	180.756

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	249.933	103.587

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.106.123	0	-6.097	2.340.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.106.123	0	-6.097	2.340.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.193	0	0	-3.193
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	198	0	0	198
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos adicional	0	0	-3.391	0	0	-3.391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	337.508	7.517	345.025
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	337.508	0	337.508
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.517	7.517
5.05.02.06	Efeitos CPC 33 (R1)	0	0	0	0	7.517	7.517
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.102.930	337.508	1.420	2.682.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.009.659	-221.364	45.244	2.073.752
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-38.780	0	-38.780
5.02.01	Ajustes retrospectivos (vide nota 2.3)	0	0	0	-38.780	0	-38.780
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.009.659	-260.144	45.244	2.034.972
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	207	0	0	207
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	207	0	0	207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	354.851	28.510	383.361
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	354.851	0	354.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	28.510	28.510
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	39.656	39.656
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-13.482	-13.482
5.05.02.06	Efeitos CPC 33 (R1)	0	0	0	0	2.336	2.336
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-284.091	0	0	-284.091
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	-284.091	0	0	-284.091
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	725.775	94.707	73.754	2.134.449

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	3.555.228	3.742.339
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.592.057	3.852.705
7.01.02	Outras Receitas	-263	-4.215
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-263	-4.215
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-36.566	-106.151
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.987.559	-1.980.706
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.203.783	-1.275.148
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-783.776	-705.558
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.567.669	1.761.633
7.04	Retenções	-145.380	-120.510
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-145.380	-120.510
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.422.289	1.641.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	241.987	144.038
7.06.02	Receitas Financeiras	241.987	144.038
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.664.276	1.785.161
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.664.276	1.785.161
7.08.01	Pessoal	117.091	90.160
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.794	61.728
7.08.01.04	Outros	51.297	28.432
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	17.229	15.488
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	4.845	2.532
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	7.855	6.727
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	2.751	2.200
7.08.01.04.05	Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	7.833	9.759
7.08.01.04.06	Férias e 13º salário	17.289	17.150
7.08.01.04.07	Plano de saúde	7.053	6.715
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	2.666	950
7.08.01.04.09	Participação nos resultado	12.897	8.660
7.08.01.04.10	Administradores	1.218	1.184
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	916	648
7.08.01.04.12	(-) Transferência para ordens	-31.255	-43.581
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	889.360	1.111.971
7.08.02.01	Federais	295.164	454.974
7.08.02.02	Estaduais	594.196	656.997
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	320.317	266.959
7.08.03.01	Juros	317.652	264.427
7.08.03.02	Aluguéis	2.665	2.532
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	337.508	316.071
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	337.508	316.071

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho **COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES ATIVOS

Descrição	Evolução do número de clientes ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	
Residencial	4.658.552	4.506.375	88,14%	88,09%	152.177	3,38%
Industrial	19.821	20.189	0,38%	0,39%	-368	-1,82%
Comercial	325.787	314.315	6,16%	6,14%	11.472	3,65%
Rural	207.590	201.891	3,93%	3,95%	5.699	2,82%
Poder Público	46.589	47.035	0,88%	0,92%	-446	-0,95%
Iluminação Pública	16.384	16.180	0,31%	0,32%	204	1,26%
Serviço Público	10.068	9.368	0,19%	0,18%	700	7,47%
Subtotal	5.284.791	5.115.353	99,99%	99,99%	169.438	3,31%
Consumo Próprio	424	385	0,01%	0,01%	39	10,13%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	5.285.216	5.115.739	100,00%	100,00%	169.477	3,31%

A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2013 com um número total de 5.285.216 consumidores, o que representa um crescimento de 3,31% em relação ao mesmo período de 2012. Esse crescimento representa um incremento de 169.477 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 152.177 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

A classe industrial apresentou um decréscimo de -1,82% no número de consumidores ativos devido à migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre e baixas contratuais.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

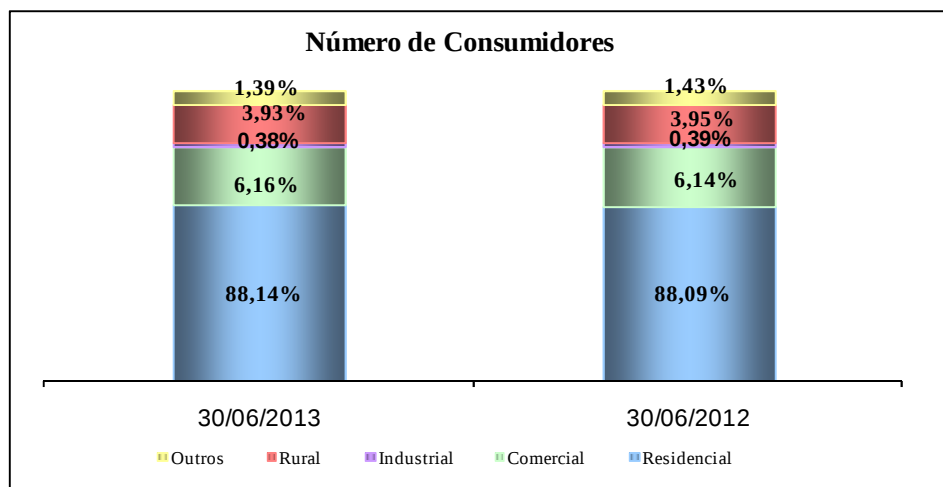
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

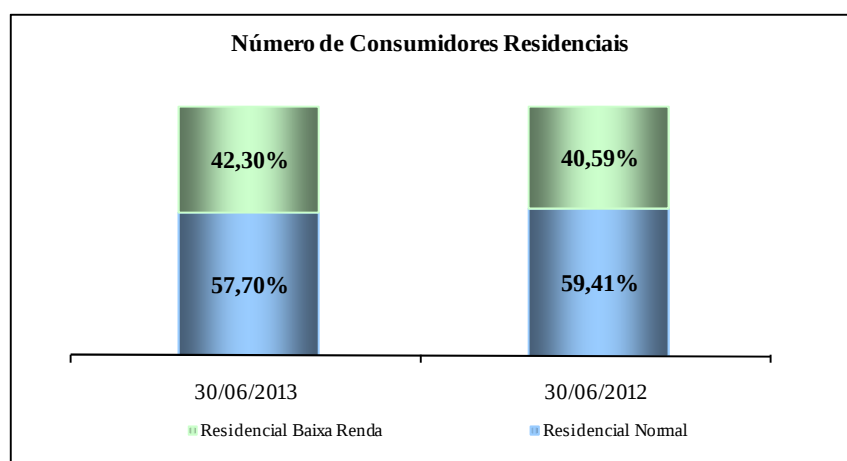
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O número de consumidores residenciais em junho de 2013 representa 88,14% do total de clientes/contratos ativos, e destes 42,30% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em junho de 2012 esse número era de 40,59%, esse pequeno aumento deve-se ao enquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO (%)



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL (%)



Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Junho de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2.1.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO REGULADO – VENDAS DE ENERGIA

	Evolução das Vendas por classe em MWh (Mercado Cativo)					
	2º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal	
	30/06/2013	30/06/2012	2º Trim/13	2º Trim/12	30/06/2013	
Residencial	1.522.758	1.391.846	39,31%	37,16%	130.913	9,41%
Industrial	622.841	706.531	16,08%	18,86%	-83.690	-11,85%
Comercial	751.382	712.722	19,40%	19,03%	38.660	5,42%
Rural	363.985	363.058	9,40%	9,69%	927	0,26%
Poder Público	172.998	161.883	4,47%	4,32%	11.115	6,87%
Iluminação Pública	222.151	201.663	5,73%	5,38%	20.488	10,16%
Serviço Público	214.044	204.691	5,53%	5,46%	9.352	4,57%
Subtotal	3.870.159	3.742.394	99,90%	99,90%	127.765	3,41%
Consumo Próprio	3.860	3.627	0,10%	0,10%	233	6,42%
Total	3.874.019	3.746.021	100,00%	100,00%	127.998	3,42%

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no segundo trimestre de 2013 foi de 3.874.019 MWh, representando um acréscimo de 3,42% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 9,41%, atingindo um consumo de 1.522.758 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 39,31% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um decréscimo de 11,85% tendo esse resultado refletido a migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre fato este que vem ocorrendo em todas as distribuidoras do país, com mais vigor a partir de janeiro/12. A expectativa para o setor industrial brasileiro e baiano é de retomada gradual na produção industrial, esperando-se um retorno no ritmo de crescimento a partir do terceiro trimestre de 2013.

A classe comercial apresentou um acréscimo de 5,42% com o consumo de energia evoluindo em ritmo mais lento que o verificado no ano passado, mas acompanhando o volume de vendas do comércio varejista baiano, que apresentou uma variação no acumulado dos últimos doze meses de 6,5% até abril/13.

A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado crescimento de 0,26% muito em função da menor utilização de equipamentos para irrigação, como consequência do retorno, embora lento, das chuvas em todo o Nordeste, atingindo a Bahia principalmente nas regiões oeste e norte, onde a participação da irrigação é relevante.

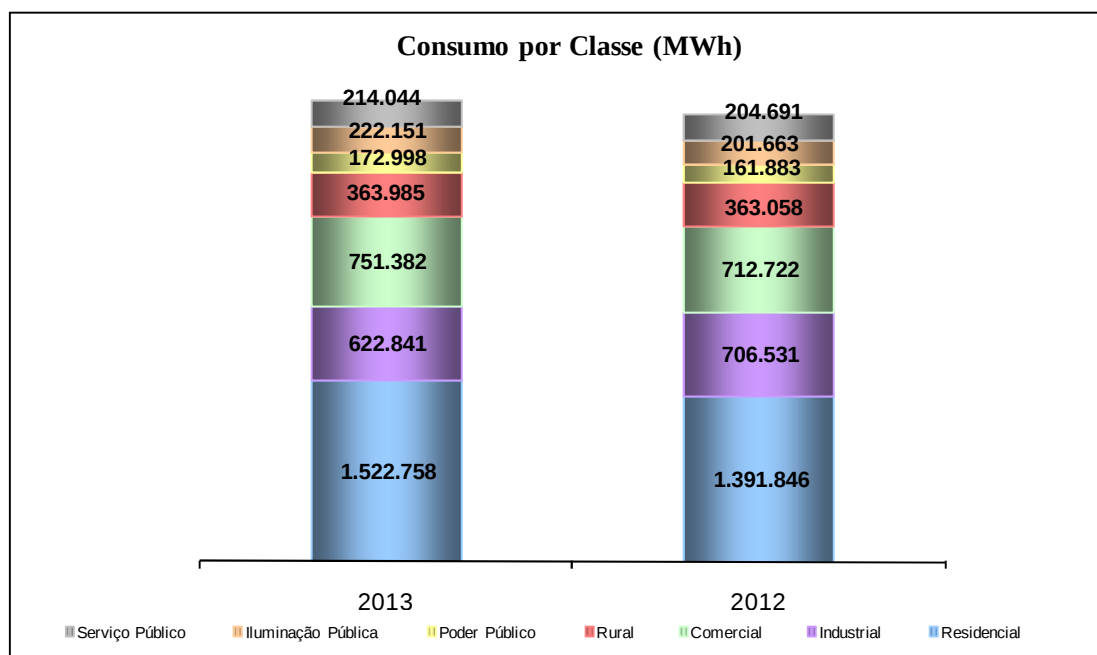
Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh



Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

<table><tr><th>LEILÃO ENERGIA EXISTENTE</th><th>%</th></tr><tr><td>77.758</td><td>1,7%</td></tr><tr><td>2.334.420</td><td>52,4%</td></tr></table>	LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%	77.758	1,7%	2.334.420	52,4%	<table><tr><th>Contratos</th></tr><tr><td>4.474.085</td></tr><tr><td>4.456.819</td></tr></table>	Contratos	4.474.085	4.456.819	=	<table><tr><th>Injetada</th><td>5.027.811</td></tr><tr><th></th><td>4.786.035</td></tr></table>	Injetada	5.027.811		4.786.035	<table><tr><th>Injetada</th><td>5.027.811</td></tr><tr><th></th><td>4.786.035</td></tr></table>	Injetada	5.027.811		4.786.035	<table><tr><th>Mercado Próprio</th><th>%</th></tr><tr><td>3.874.019</td><td>77,06</td></tr><tr><td>3.746.022</td><td>78,27</td></tr></table>	Mercado Próprio	%	3.874.019	77,06	3.746.022	78,27	<table><tr><th>Mercado Livre</th><th>%</th></tr><tr><td>504.033</td><td>10,02</td></tr><tr><td>360.328</td><td>7,53</td></tr></table>	Mercado Livre	%	504.033	10,02	360.328	7,53	<table><tr><th>Perda Distribuição</th><th>%</th></tr><tr><td>649.685</td><td>12,92</td></tr><tr><td>679.608</td><td>14,20</td></tr></table>	Perda Distribuição	%	649.685	12,92	679.608	14,20	<table><tr><th>Uso Distribuidoras</th><th>%</th></tr><tr><td>74</td><td>0,00</td></tr><tr><td>77</td><td>0,00</td></tr></table>	Uso Distribuidoras	%	74	0,00	77	0,00	<table><tr><th>Residencial</th><th>%</th></tr><tr><td>1.522.758</td><td>39,31</td></tr><tr><td>1.391.846</td><td>37,16</td></tr></table>	Residencial	%	1.522.758	39,31	1.391.846	37,16
LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%																																																							
77.758	1,7%																																																							
2.334.420	52,4%																																																							
Contratos																																																								
4.474.085																																																								
4.456.819																																																								
Injetada	5.027.811																																																							
	4.786.035																																																							
Injetada	5.027.811																																																							
	4.786.035																																																							
Mercado Próprio	%																																																							
3.874.019	77,06																																																							
3.746.022	78,27																																																							
Mercado Livre	%																																																							
504.033	10,02																																																							
360.328	7,53																																																							
Perda Distribuição	%																																																							
649.685	12,92																																																							
679.608	14,20																																																							
Uso Distribuidoras	%																																																							
74	0,00																																																							
77	0,00																																																							
Residencial	%																																																							
1.522.758	39,31																																																							
1.391.846	37,16																																																							
<table><tr><th>ITAPEBI</th><th>%</th></tr><tr><td>468.031</td><td>10,5%</td></tr><tr><td>466.751</td><td>10,5%</td></tr></table>	ITAPEBI	%	468.031	10,5%	466.751	10,5%	<table><tr><th>Uso Distribuidoras</th></tr><tr><td>74</td></tr><tr><td>77</td></tr></table>	Uso Distribuidoras	74	77				<table><tr><th>Industrial</th><th>%</th></tr><tr><td>622.841</td><td>16,08</td></tr><tr><td>706.531</td><td>18,86</td></tr></table>	Industrial	%	622.841	16,08	706.531	18,86																																				
ITAPEBI	%																																																							
468.031	10,5%																																																							
466.751	10,5%																																																							
Uso Distribuidoras																																																								
74																																																								
77																																																								
Industrial	%																																																							
622.841	16,08																																																							
706.531	18,86																																																							
<table><tr><th>QUOTAS ANGRA</th><th>%</th></tr><tr><td>167.766</td><td>3,7%</td></tr><tr><td>-</td><td>0,0%</td></tr></table>	QUOTAS ANGRA	%	167.766	3,7%	-	0,0%	<table><tr><th>Mercado Livre</th></tr><tr><td>504.033</td></tr><tr><td>360.328</td></tr></table>	Mercado Livre	504.033	360.328				<table><tr><th>Comercial</th><th>%</th></tr><tr><td>751.382</td><td>19,40</td></tr><tr><td>712.722</td><td>19,03</td></tr></table>	Comercial	%	751.382	19,40	712.722	19,03																																				
QUOTAS ANGRA	%																																																							
167.766	3,7%																																																							
-	0,0%																																																							
Mercado Livre																																																								
504.033																																																								
360.328																																																								
Comercial	%																																																							
751.382	19,40																																																							
712.722	19,03																																																							
<table><tr><th>QUOTAS REPOSIÇÃO</th><th>%</th></tr><tr><td>2.003.187</td><td>44,8%</td></tr><tr><td>-</td><td>0,0%</td></tr></table>	QUOTAS REPOSIÇÃO	%	2.003.187	44,8%	-	0,0%	<table><tr><th>Perdas Rede Básica</th></tr><tr><td>92.971</td></tr><tr><td>95.076</td></tr></table>	Perdas Rede Básica	92.971	95.076				<table><tr><th>Rural</th><th>%</th></tr><tr><td>363.985</td><td>9,40</td></tr><tr><td>363.058</td><td>9,69</td></tr></table>	Rural	%	363.985	9,40	363.058	9,69																																				
QUOTAS REPOSIÇÃO	%																																																							
2.003.187	44,8%																																																							
-	0,0%																																																							
Perdas Rede Básica																																																								
92.971																																																								
95.076																																																								
Rural	%																																																							
363.985	9,40																																																							
363.058	9,69																																																							
<table><tr><th>TERMOPE</th><th>%</th></tr><tr><td>141.960</td><td>3,2%</td></tr><tr><td>141.960</td><td>3,2%</td></tr></table>	TERMOPE	%	141.960	3,2%	141.960	3,2%	<table><tr><th>Sobras</th></tr><tr><td>(142.590)</td></tr><tr><td>(63.887)</td></tr></table>	Sobras	(142.590)	(63.887)				<table><tr><th>Outros</th><th>%</th></tr><tr><td>613.053</td><td>15,82</td></tr><tr><td>571.865</td><td>15,27</td></tr></table>	Outros	%	613.053	15,82	571.865	15,27																																				
TERMOPE	%																																																							
141.960	3,2%																																																							
141.960	3,2%																																																							
Sobras																																																								
(142.590)																																																								
(63.887)																																																								
Outros	%																																																							
613.053	15,82																																																							
571.865	15,27																																																							
<table><tr><th>NC ENERGIA</th><th>%</th></tr><tr><td>-</td><td>0,0%</td></tr><tr><td>178</td><td>0,0%</td></tr></table>	NC ENERGIA	%	-	0,0%	178	0,0%																																																		
NC ENERGIA	%																																																							
-	0,0%																																																							
178	0,0%																																																							
<table><tr><th>AFLUENTE</th><th>%</th></tr><tr><td>37.128</td><td>0,8%</td></tr><tr><td>37.128</td><td>0,8%</td></tr></table>	AFLUENTE	%	37.128	0,8%	37.128	0,8%																																																		
AFLUENTE	%																																																							
37.128	0,8%																																																							
37.128	0,8%																																																							
<table><tr><th>PROINFA</th><th>%</th></tr><tr><td>91.482</td><td>2,0%</td></tr><tr><td>91.497</td><td>2,1%</td></tr></table>	PROINFA	%	91.482	2,0%	91.497	2,1%																																																		
PROINFA	%																																																							
91.482	2,0%																																																							
91.497	2,1%																																																							
<table><tr><th>MCSD</th><th>%</th></tr><tr><td>10.347</td><td>0,2%</td></tr><tr><td>103.540</td><td>2,3%</td></tr></table>	MCSD	%	10.347	0,2%	103.540	2,3%																																																		
MCSD	%																																																							
10.347	0,2%																																																							
103.540	2,3%																																																							
<table><tr><th>LEILÃO ENERGIA NOVA</th><th>%</th></tr><tr><td>1.118.249</td><td>25,0%</td></tr><tr><td>920.984</td><td>20,7%</td></tr></table>	LEILÃO ENERGIA NOVA	%	1.118.249	25,0%	920.984	20,7%																																																		
LEILÃO ENERGIA NOVA	%																																																							
1.118.249	25,0%																																																							
920.984	20,7%																																																							
<table><tr><th>TERMOACU</th><th>%</th></tr><tr><td>358.176</td><td>8,0%</td></tr><tr><td>360.360</td><td>8,1%</td></tr></table>	TERMOACU	%	358.176	8,0%	360.360	8,1%																																																		
TERMOACU	%																																																							
358.176	8,0%																																																							
360.360	8,1%																																																							
<table><tr><th>OUTROS</th><th>%</th></tr><tr><td>-</td><td></td></tr><tr><td>-</td><td></td></tr></table>	OUTROS	%	-		-																																																			
OUTROS	%																																																							
-																																																								
-																																																								

A energia injetada atingiu o patamar de **5.027.811 MWh** no segundo trimestre de 2013, um crescimento de 5,05% com relação a igual período de 2012. Do total da energia injetada, 77,06% foi destinada ao consumo regulado, 10,02% para o consumo do mercado livre e 12,92% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre* apresentou um aumento expressivo de 39,88% no segundo trimestre de 2013 com relação ao mesmo trimestre de 2012, com um consumo de 504.033 MWh. Tal crescimento se deve à saída de clientes do mercado regulado para o mercado livre.

No segundo trimestre de 2013, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um decréscimo de 1,28 ponto percentual, em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Mercado Livre – Consumidores com demanda ≥ 3000KW que podem comprar de qualquer fornecedor.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho **COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. INVESTIMENTOS

	2º Trimestre 2013		Acumulado até 30/06/2013	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas	Investimento Total	Subvenções Realizadas
Distribuição	229.461	21.294	534.771	35.149
Comercialização	3	-	14	-
Administração	6.417	-	12.092	-
Total	235.882	21.294	546.877	35.149

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 2º trimestre de 2013 o montante de R\$ 235.882, sendo R\$ 21.294, equivalente a 9,03% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,17 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até junho de 2013, a distribuidora já realizou 506.960 ligações, encontra-se em execução 15.432 e a executar 61.458.

	30/06/2013
Ligações executadas até 2012	495.460
Ligações executadas no período de Jan. a Jun. de 2013	11.500
Total de ligações executadas	506.960
Em execução	15.432
A executar	61.458
Ligações Totais do Programa LPT	583.850

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO TRIMESTRE

	2º Trimestre		Variação	
	2013	2012 Reapresentado	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.668.437	1.940.698	(272.261)	-14,03
Deduções da Receita Bruta	(453.340)	(568.730)	115.390	-20,29
Receita Líquida	1.215.097	1.371.968	(156.871)	-11,43
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(870.773)	(1.010.263)	139.490	-13,81
Resultado Bruto	344.324	361.705	(17.381)	-4,81
Outras Despesas Operacionais	(149.927)	(115.866)	(34.061)	29,40
Resultado do Serviço (I)	194.397	245.839	(51.442)	-20,92
Amortização / Depreciação	70.814	63.256	7.558	11,95
EBITDA	265.211	309.095	(43.884)	-14,20
Resultado Financeiro (II)	(41.047)	(53.736)	12.689	-23,61
Resultado Operacional (I) + (II)	153.350	192.102	(38.752)	-20,17
IR e CSLL	(27.077)	(29.571)	2.494	-8,43
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	126.273	162.532	(36.259)	-22,31
Lucro do Período	126.273	162.532	(36.259)	-22,31

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2013 uma Receita Bruta de R\$ 1.668.437 (R\$ 1.940.698 no segundo trimestre de 2012), representando uma redução de 14,03%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.215.097 (R\$ 1.371.968 no segundo trimestre de 2012), representando uma redução de 11,43%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Redução da receita com o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 209.679 (-34,21%), devido a:
 - ✓ Redução de tarifa de energia conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº. 1.429, de 24 de janeiro de 2013.
 - ✓ Redução de tarifa de energia conforme Resolução Homologatória nº. 1.511, de 22 de abril de 2013.
- Redução da receita de construção em R\$ 16.840 (-7,12%) devido à redução de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação –fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento de outras receitas no montante de R\$ 44.034 (+286,14%) em decorrência, principalmente, da receita com ressarcimento de energia no valor total do segundo trimestre de R\$ 41.173.
- Redução de ICMS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 55.275 (-16,80%), em decorrência, principalmente, da redução da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Não realização do encargo da quota de reserva global de - RGR em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013.
- Não realização do encargo conta consumo de combustível – CCC em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória da Aneel nº 1429, de 24 de janeiro de 2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho **COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre		Variação	
	2013	2012 Reapresentado	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(474.147)	(548.621)	74.474	-13,57
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(30.978)	(66.985)	36.007	-53,75
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(2.432)	(2.281)	(151)	6,62
	<u>(507.557)</u>	<u>(617.887)</u>	<u>110.330</u>	<u>-17,86</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	(69.049)	(50.939)	(18.110)	35,55
Material	(4.642)	(2.271)	(2.371)	104,40
Serviços de terceiros	(118.835)	(107.703)	(11.132)	10,34
Depreciação e amortização	(70.814)	(63.256)	(7.558)	11,95
Provisões Líquidas - PCLD	(18.343)	(36.127)	17.784	-49,23
Provisões Líquidas - Contingências	1.192	(296)	1.488	-502,70
Custo de Construção	(219.586)	(236.426)	16.840	-7,12
Outros	(13.066)	(11.224)	(1.842)	16,41
	<u>(513.143)</u>	<u>(508.242)</u>	<u>(4.901)</u>	<u>0,96</u>
Total	<u>(1.020.700)</u>	<u>(1.126.129)</u>	<u>105.429</u>	<u>-9,36</u>

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2013 correspondem a R\$ 1.020.700 (R\$ 1.126.129 no mesmo período de 2012), representando uma redução de R\$ 105.429 (-9,36%).

Contribuíram para esse resultado:

- Redução do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 74.474 (- 13,57%), devido ao ressarcimento de energia repassados pela Eletrobrás à Concessionária de Distribuição na conta corrente vinculada ao aporte de garantias financeiras junto à Câmara de Comercialização de energia Elétrica – CCEE - com recursos Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – nos termos do Decreto 7.945, de 7 de março de 2013, referentes ao ajuste dos valores apurados de risco hidrológico, de exposição involuntária ao montante de reposição não recontratado e de ESS – CMSE, conforme Despachos Aneel 1312/2013, 1710/2013, 1756/2013 e 2095/2013.
- Redução do custo com encargos de uso do sistema de transmissão no montante de R\$ 36.007 (- 53,75%), devido à redução da energia transportada pela rede, bem como a redução das tarifas de uso conforme Medida Provisória 579/2012 e lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.
- Crescimento da despesa com pessoal e administradores no montante de R\$ 18.110 (+35,55%), em decorrência, principalmente de transferência de ordens em curso e reajuste salarial do dissídio coletivo a partir de novembro de 2012 com impacto nas rubricas de remunerações, encargos sociais, férias, 13º salário, dentre outros.
- Crescimento da despesa com serviços de terceiros no montante de R\$ 11.132 (+10,34%), devido, principalmente a: (i) reajuste dos serviços; (ii) aumento no volume de serviços realizados com manutenção corretiva, manutenção preventiva do sistema elétrico, manutenção de linha viva e manutenção/conservação de

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

software; (iii) serviço de manutenção de cadastro para serviço de levantamento georeferenciado.

- Redução das provisões líquidas – PCLD no montante de R\$ 17.784, em decorrência da política de cobrança adotada com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança. Neste contexto, as ações de cobrança que se destacaram foram: (i) A atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança com volume de recuperação de R\$ 35,55 milhões em 2012, representando um aumento de 21,96% em relação ao mesmo período do ano anterior; (ii) Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes industrial e comercial; (iii) Aumento de 19,4% nas inclusões em órgãos restritivos de proteção a crédito (SPC e Serasa) em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Redução do custo de construção em R\$ 16.840 (-7,12%) devido a queda do volume de investimentos. Vide comentários acima na Receita de Construção.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2º Trimestre		Variação	
	2013	2012 Reapresentado	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.966	3.641	1.325	36,39
Juros, comissões e acréscimo moratório	20.818	21.714	(896)	(4,13)
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	(65.345)	(59.837)	(5.508)	9,21
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.486)	(19.254)	17.768	(92,28)
Total	(41.047)	(53.736)	12.689	(23,61)

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 41.047 no segundo trimestre de 2013, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 53.736 no mesmo período de 2012, representando uma variação positiva de R\$ 12.689.

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento da receita de aplicações financeiras em R\$ 1.325, devido ao aumento do saldo medido de disponibilidades e ao decréscimo do indicador de correção das aplicações (CDI) em relação ao período anterior.
- Aumento de Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas), em R\$ 5.508, justificado pelo aumento da despesa com variação monetária e cambial.
- Redução de outras receitas (despesas) financeiras líquidas em R\$ 17.768, devido à apropriação da Receita com atualização monetária do ativo Financeiro da Concessão em 2013 e a redução de despesas de perdas com acréscimos moratórios, onde no segundo trimestre de 2013 foi R\$ 435 e o segundo trimestre de 2012 foi R\$ 10.366.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Junho de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado Até		Variação %
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	2013/2012
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	3.592.057	3.852.705	-6,77%
Receita Operacional Líquida	2.653.590	2.712.514	-2,17%
EBITDA	619.014	613.986	0,82%
Resultado do Serviço	477.687	496.904	-3,87%
Resultado Financeiro sem JSCP	-75.664	-120.389	-37,15%
Lucro Líquido	337.508	316.070	6,78%
Margem EBITDA (%)	23,3%	22,6%	3,06%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	29,1%	27,5%	5,75%
Margem Operacional (%)	18,0%	18,3%	-1,73%
Margem Líquida (%)	12,7%	11,7%	9,15%
Indicadores Financeiros			
Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	2013/2012
Ativo Total	7.333.798	6.105.154	20,12%
Dívida Bruta	3.049.099	2.633.503	15,78%
Patrimônio Líquido	2.989.409	2.134.448	40,06%
Investimentos	546.877	598.198	-8,58%
Dívida Total Líquida	2.746.640	2.779.598	-1,19%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	2,16	2,27	-5,01%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,48	0,57	-15,35%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,14	0,23	-36,76%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,41	0,35	16,59%
Indicadores de Produtividade			
Indicadores de Produtividade	Acumulado Até		Variação %
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	2013/2012
Nº de Empregados	2.517	2.501	0,64%
Nº de Consumidores	5.285.216	5.115.739	3,31%
Consumidores/Empregados	2.100	2.045	2,66%
Custos/Consumidores	-0,11	-0,11	-0,47%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	1.054	1.085	-2,79%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 3,31%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando negativamente pela redução da receita líquida.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	2º Trim.		Variação % 2013/2012	Acumulado Até		Variação % 2013/2012
	2013	2012 Reapresentado		30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	
Conciliação EBITDA (*)						
Lucro líquido	126.273	162.532	-22,3%	337.508	316.070	6,8%
Despesas financeiras	183.693	114.613	60,3%	317.652	264.427	20,1%
Receitas financeiras	-142.646	-60.877	134,3%	-241.987	-144.038	68,0%
Imposto de renda	22.841	25.017	-8,7%	56.042	51.336	9,2%
Depreciação e Amortização	70.814	63.256	11,9%	141.327	117.082	20,7%
Amortização de ágio	4.236	4.554	-7,0%	8.472	9.108	-7,0%
EBITDA	265.211	309.095	-14,2%	619.014	613.986	0,8%

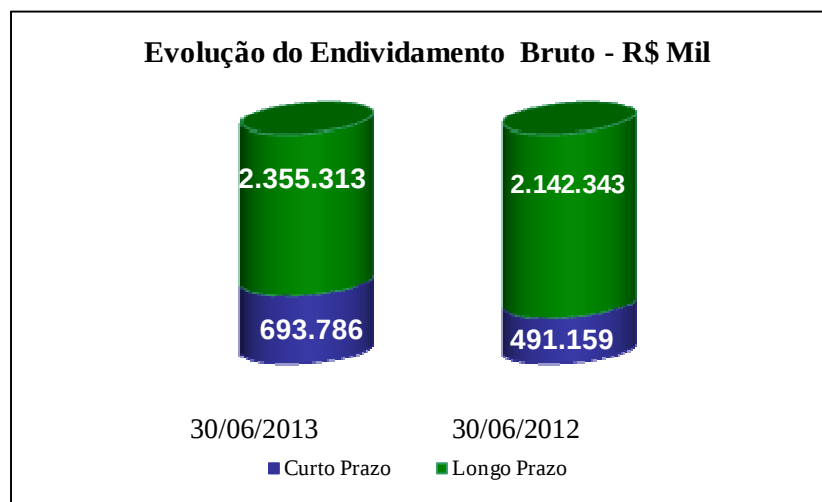
6. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 2.633.503 em 30 de junho de 2012 para R\$ 3.049.099 em 30 de junho de 2013. Este acréscimo de 15,78% ocorreu principalmente em função de novas captações e ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o segundo trimestre de 2013 com R\$ 2.746.640 (R\$ 2.779.598 em 30 de junho de 2012), 1,19% menor do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,27 em 30 de junho de 2012 para 2,16 em 30 de junho de 2013 devido a evolução de dívida líquida ter sido inferior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.



Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	249.933	252.479
Contas a receber de clientes e outros	5	725.874	987.586
Títulos e valores mobiliários	6	48.930	26.726
Recursos CDE	7	69.647	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	174.326	121.871
Estoques		11.613	14.018
Despesas pagas antecipadamente		10.568	1.637
Entidade de previdência privada		10.702	9.952
Serviços em curso	9	49.729	43.826
Outros ativos circulantes	11	44.663	31.391
TOTAL DO CIRCULANTE		1.395.985	1.489.486
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	103.576	133.441
Títulos e valores mobiliários	6	3.596	50.169
Impostos e contribuições a recuperar	8	73.328	75.407
Impostos e contribuições diferidos	10	229.247	236.966
Partes Relacionadas		177	257
Depósitos judiciais	12	197.536	183.748
Entidade de previdência privada		20.547	14.770
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13	1.425.166	1.516.172
Outros ativos não circulantes	11	2.897	2.855
Outros investimentos		11.327	11.432
Intangível	14	3.563.078	3.079.510
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.630.475	5.304.727
ATIVO TOTAL		7.026.460	6.794.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	499.177	504.700
Empréstimos e financiamentos	16	591.735	290.934
Debêntures	17	102.051	185.967
Salários e encargos a pagar	18	44.582	48.395
Taxas regulamentares	19	33.129	59.199
Impostos e contribuições a recolher	20	149.081	125.218
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	102.766	167.595
Provisões	22	27.110	23.899
Outros passivos circulantes	23	214.612	113.920
TOTAL DO CIRCULANTE		1.764.243	1.519.827
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	28.361	27.397
Empréstimos e financiamentos	16	2.315.987	2.611.726
Debêntures	17	39.325	98.566
Taxas regulamentares	19	10.215	1.078
Impostos e contribuições a recolher	20	5.474	4.598
Provisões	22	156.646	140.824
Entidade de previdência privada		1.803	1.803
Partes Relacionadas		91	88
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	23	19.842	45.665
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.580.146	2.934.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.102.930	1.102.732
Outros resultados abrangentes		1.420	(6.097)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	3.391
Lucro do período		337.508	-
Total do patrimônio líquido		2.682.071	2.340.239
Recursos destinados a aumento de capital			
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.682.071	2.340.239
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.026.460	6.794.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.

	Notas	01/04/2013 a 30/06/2013	30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 (Reapresentado)	30/06/2012 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	1.215.097	2.653.590	1.371.968	2.712.514
Custo do serviço	26	(870.773)	(1.869.568)	(1.010.263)	(1.898.632)
LUCRO BRUTO		344.324	784.022	361.705	813.882
Despesas com vendas	26	(98.531)	(190.604)	(65.550)	(212.117)
Despesas gerais e administrativas	26	(51.396)	(115.731)	(50.316)	(104.861)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		194.397	477.687	245.839	496.904
Resultado financeiro		(41.047)	(75.665)	(53.736)	(120.389)
Receita financeira	27	142.646	241.987	60.877	144.038
Despesa financeira	27	(183.693)	(317.652)	(114.613)	(264.427)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		153.350	402.022	192.103	376.515
Imposto de renda e contribuição social		(27.077)	(64.514)	(29.570)	(60.444)
Corrente		(36.301)	(132.290)	(91.559)	(145.776)
Diferido		(5.789)	4.627	15.384	11.023
Incentivo SUDENE		19.249	71.621	51.159	83.417
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL		(4.236)	(8.472)	(4.554)	(9.108)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		126.273	337.508	162.533	316.071
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,65	1,74	0,84	1,63
Preferencial A		0,65	1,74	0,84	1,63
Preferencial B		0,72	1,91	0,92	1,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Notas	01/04/2013 a 30/06/2013	30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	30/06/2012
				<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
Lucro do período		126.273	337.508	162.533	316.071
Outros resultados abrangentes					
Efeitos CPC 33 (R1)		1.422	7.517	145	2.336
Ajustes ativos financeiros da Concessão		-	-	39.656	6.480
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão		-	-	(2.207)	(2.207)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		1.422	7.517	37.594	6.609
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		<u>127.695</u>	<u>345.025</u>	<u>200.127</u>	<u>322.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros A Realizar	Outras Reservas de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	616.687	108.433	-	-	448	45.244	(221.364)	284.091	2.073.752
Aumento de Capital													-
Distribuição de Reservas de Lucros													-
Reversão de dividendos prescritos									207				207
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	207	-	-	-	207
Ajustes retrospectivos (vide nota 2.3)											(38.780)		(38.780)
Lucro Líquido do Período											354.851		354.851
Efeitos CPC 33 (R1)										2.336			2.336
Ajustes ativos financeiros da Concessão										39.656			39.656
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão										(13.482)			(13.482)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.510	-	-	28.510
Destinações:													
Dividendos propostos												(284.091)	(284.091)
Saldos em 30 de junho de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	616.687	108.433	-	-	655	73.754	94.707	-	2.134.449
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	757.788	108.433	125.518	110.118	875	(6.097)	-	3.391	2.340.239
Reversão de Dividendos / JSCP prescritos								-	198				198
Aprovação da proposta de dividendos adicional												(3.391)	(3.391)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	198	-	-	(3.391)	(3.193)
Lucro Líquido do Período											337.508		337.508
Efeitos CPC 33 (R1)										7.517			7.517
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.517	-	-	7.517
Saldos em 30 de junho de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	757.788	108.433	125.518	110.118	1.073	1.420	337.508	-	2.682.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	30/06/13	30/06/12
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)
Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	402.022	422.376
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	145.381	117.085
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	112.820	39.630
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(17.857)	(31.755)
Perda com baixa do ativo intangível em curso	6.890	43.009
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	30.360	11.521
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.426	106.152
	698.042	708.018
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	273.151	(44.461)
IR e CSLL a Recuperar	(53.810)	(64.623)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	4.280	(6.404)
Estoques	2.405	1.095
Subvenções / Recursos CDE	(69.647)	-
Depósitos judiciais	(9.654)	(25.412)
Despesas pagas antecipadamente	(8.931)	(4.833)
Entidade de previdência privada	4.865	(3.725)
Partes Relacionadas	80	(356)
Outros ativos	(34.319)	(31.881)
	108.420	(180.600)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(4.559)	40.371
Salários e encargos a pagar	(3.813)	10.229
Encargos de dívidas e swap pagos	(119.841)	77.419
Taxas regulamentares	(18.438)	(4.819)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	24.409	50.990
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(61.186)	(44.824)
Partes Relacionadas	2	3
Indenizações/contingências pagas	(14.827)	(11.597)
Outras passivos	74.871	(58.142)
	(123.382)	59.630
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	683.080	587.048
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(551.951)	(471.785)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(157.695)	(148.309)
Resgate de títulos e valores mobiliários	184.089	142.602
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(525.557)	(477.492)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	85.860	100.514
Captação de debêntures	6.203	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(84.426)	(176.432)
Amortização do principal de debêntures	(139.864)	(57.188)
Obrigações vinculadas	40.182	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(68.024)	(53.619)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(160.069)	(186.725)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.546)	(77.169)
Caixa e equivalentes no início do período	252.479	180.756
Caixa e equivalentes no final do período	249.933	103.587
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(2.546)	(77.169)

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	30/06/2013	30/06/2012 (Reapresentado)
RECEITAS		
Vendas de energia, serviços e outros	3.592.057	3.852.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.566)	(106.151)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(263)	(4.215)
	<u>3.555.228</u>	<u>3.742.339</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.133.555)	(1.127.891)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(70.228)	(147.257)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(783.776)	(705.558)
	<u>(1.987.559)</u>	<u>(1.980.706)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.567.669	1.761.633
Amortização	(145.380)	(120.510)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.422.289	1.641.123
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	241.987	144.038
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.664.276	1.785.161
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	65.794	61.728
Encargos sociais (exceto INSS)	17.229	15.488
Entidade de previdência privada	4.845	2.532
Auxílio alimentação	7.855	6.727
Convênio assistencial e outros benefícios	2.751	2.200
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	7.833	9.759
Férias e 13º salário	17.289	17.150
Plano de saúde	7.053	6.715
Indenizações trabalhistas	2.666	950
Participação nos resultados	12.897	8.660
Administradores	1.218	1.184
Encerramento de ordem em curso	916	648
(-) Transferência para ordens	(31.255)	(43.581)
Subtotal	117.091	90.160
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	16.417	15.949
ICMS	594.196	656.997
PIS/COFINS sobre faturamento	160.276	201.032
Imposto de renda e contribuição social	64.514	60.444
Obrigações intra-setoriais	48.566	171.717
Outros	5.391	5.832
Subtotal	889.360	1.111.971
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	317.652	264.427
Aluguéis	2.665	2.532
Subtotal	320.317	266.959
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	337.508	316.071
Subtotal	337.508	316.071
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.664.276	1.785.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão nº 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 12/08/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1. Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos seis meses findos em 30 de junho de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

2.3. Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

(c) Reclassificações

- ✓ Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;
- ✓ Apresentação da dívida líquida das garantias vinculadas;
- ✓ Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- ✓ Reclassificação para apresentação de saldo com parte relacionada;
- ✓ Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de junho e 31 de dezembro de 2012:

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

ATIVO	Notas	31/12/2012	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Reclassificações para Melhor Apresentação	31/12/2012
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros	(c)	987.586				987.586
Outros ativos circulantes	(c)	31.391				31.391
Outros circulantes		470.509				470.509
TOTAL DO CIRCULANTE		1.489.486	-	-	-	1.489.486
NÃO CIRCULANTE						
Titulos e valores mobiliários		50.169				50.169
Impostos e contribuições diferidos	(a)/(b)	177.719	3.140	56.107		236.966
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		-				-
Entidade de previdência privada		24.006	(9.236)			14.770
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	1.713.486		(197.314)		1.516.172
Intangível	(b)	3.245.641		(166.131)		3.079.510
Outros não circulantes		407.140				407.140
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.618.161	(6.096)	(307.338)	-	5.304.727
ATIVO TOTAL		7.107.647	(6.096)	(307.338)	-	6.794.213
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Notas	31/12/2012	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Reclassificações para Melhor Apresentação	31/12/2012
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE						
Fornecedores	(c)	504.700				504.700
Taxas regulamentares	(c)	59.199				59.199
Outros passivos circulantes	(c)	113.920				113.920
Outros circulantes		842.008				842.008
TOTAL DO CIRCULANTE		1.519.827	-	-	-	1.519.827
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	(c)	2.611.726				2.611.726
Impostos e contribuições diferidos	(c)	-				-
Partes Relacionadas	(c)	89				89
Outros não circulantes		322.333				322.333
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.934.148	-	-	-	2.934.148
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reservas de lucros		1.410.068			(307.338)	1.102.730
Outros resultados abrangentes	(a)	-	(6.096)			(6.096)
Prejuízo Acumulado	(b)	-		(307.338)	307.338	-
Outros PL		1.243.604				1.243.604
Total do patrimônio líquido		2.653.672	(6.096)	(307.338)	-	2.340.238
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.107.647	(6.096)	(307.338)	-	6.794.213

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

ATIVO	Notas	01/01/2012	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Reclassificações para Melhor Apresentação	01/01/2012
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros	(c)	923.069			15.988	939.057
Outros ativos circulantes	(c)	38.688			(15.988)	22.700
Outros circulantes		388.924				388.924
TOTAL DO CIRCULANTE		1.350.681	-	-	-	1.350.681
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários		52.598			(51.971)	627
Impostos e contribuições diferidos	(a)/(b)	74.753	1.453	40.412	124.319	240.937
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		208.586			(208.586)	-
Entidade de previdência privada		35.119	(4.274)			30.845
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	659.635		(140.982)		518.653
Intangível	(b)	3.280.862		(120.793)		3.160.069
Outros não circulantes		475.608				475.608
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.787.161	(2.821)	(221.364)	(136.238)	4.426.738
ATIVO TOTAL		6.137.842	(2.821)	(221.364)	(136.238)	5.777.419
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Notas	01/01/2012	CPC 33 (R1)	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para Melhor Apresentação	01/01/2012
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE						
Fornecedores	(c)	395.410			(80)	395.330
Taxas regulamentares	(c)	52.454			1.779	54.233
Outros passivos circulantes	(c)	180.056			(1.779)	178.277
Outros circulantes		631.784				631.784
TOTAL DO CIRCULANTE		1.259.704	-	-	(80)	1.259.624
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	(c)	2.026.566			(51.971)	1.974.595
Impostos e contribuições diferidos	(c)	84.267			(84.267)	-
Partes Relacionadas	(c)	-			80	80
Outros não circulantes		469.368				469.368
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.580.201	-	-	(136.158)	2.444.043
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reservas de lucros		725.568				725.568
Outros resultados abrangentes	(a)	48.065	(2.821)			45.244
Prejuízo Acumulado	(b)	-		(221.364)		(221.364)
Outros PL		1.524.304				1.524.304
Total do patrimônio líquido		2.297.937	(2.821)	(221.364)	-	2.073.752
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.137.842	(2.821)	(221.364)	(136.238)	5.777.419

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 01/01/2012							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	725.569	48.065	-	284.090	2.297.937
Efeitos CPC 33 (R1)			(221.364)	(2.821)			(224.185)
Revisão Tarifária							-
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	504.205	45.244	-	284.090	2.073.752

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 31/12/2012							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.410.068	-	-	3.391	2.653.672
Efeitos CPC 33 (R1)			(307.338)	(6.096)			(313.433)
Revisão Tarifária							-
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	1.102.730	(6.096)	-	3.391	2.340.239

Demonstrações do Resultado referentes aos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2012.

Ref.	Demonstração do Resultado			Demonstração do Resultado		
	30/06/2012			01/04/2012 a 30/06/2012		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	2.712.514		2.712.514	1.371.968		1.371.968
Custo do serviço	(1.860.671)	(37.961)	(1.898.632)	(985.185)	(25.078)	(1.010.263)
LUCRO BRUTO	851.843	(37.961)	813.882	386.783	(25.078)	361.705
Despesas com vendas	(212.117)		(212.117)	(65.550)		(65.550)
Despesas gerais e administrativas	(104.861)		(104.861)	(50.316)		(50.316)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	534.865	(37.961)	496.904	270.917	(25.078)	245.839
Resultado financeiro	(112.490)	(7.899)	(120.389)	(44.363)	(9.373)	(53.736)
Receita financeira	151.937	(7.899)	144.038	70.250	(9.373)	60.877
Despesa financeira	(264.427)		(264.427)	(114.613)		(114.613)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	422.375	(45.861)	376.514	226.554	(34.452)	192.102
Imposto de renda e contribuição social	(67.524)	7.080	(60.444)	(34.889)	5.318	(29.571)
Corrente	(145.776)		(145.776)	(91.559)		(91.559)
Diferido	3.943	7.080	11.023	10.065	5.318	15.383
Incentivo SUDENE	83.417		83.417	51.159		51.159
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL	(9.108)		(9.108)	(4.554)		(4.554)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	354.851	(38.781)	316.070	191.665	(29.133)	162.532

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ref.	Demonstração do Fluxo de Caixa		
	30/06/2012		
	Publicado (Reclassificado*)	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	587.048		587.048
Utilização de caixa em atividades de investimento	(603.905)	126.413	(477.492)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(60.312)	(126.413)	(186.725)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(77.169)	-	(77.169)
Caixa e equivalentes no início do período	180.756		180.756
Caixa e equivalentes no final do período	103.587		103.587
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(77.169)	-	(77.169)

* Contempla as reclassificações para melhor apresentação

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

Ref.	Demonstração do Valor Adicionado		
	30/06/2012		
	Publicado (Reclassificado*)	Ajustes	Reapresentado
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.831.021	(45.860)	1.785.161
Materiais, serviços de terceiros e outros	(b) (666.455)	(39.103)	(705.558)
Amortização	(b) (121.652)	1.142	(120.510)
Receitas financeiras	(c) 151.937	(7.899)	144.038
Outros	2.467.191	-	2.467.191
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.831.021	(45.860)	1.785.161
Imposto de renda e contribuição social	(b) 67.524	(7.080)	60.444
Lucro / Prejuízos	(b) 354.851	(38.780)	316.071
Outros	1.408.646	-	1.408.646

* Contempla as reclassificações para melhor apresentação

3. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 010/97, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Coelba define a data de 22/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de -4,03%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, a redução média foi de -9,90%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidiram nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013. O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.073 de 11/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 3.910.759.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nas demonstrações intermediárias através da reclassificação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	31.495	42.382
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.932	1.663
Fundos de investimento	216.506	208.434
	<u>249.933</u>	<u>252.479</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100,5%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Consumidores	(a)	1.019.016	1.236.632
Títulos a receber		1.933	1.728
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.830	47.432
Disponibilização do sistema de distribuição		13.358	23.650
Serviços prestados a terceiros		11.735	11.733
Serviços taxados e administrativos		11.748	12.824
Subvenção	(c)	44.171	59.123
Outros créditos		35.119	31.939
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(322.460)	(304.034)
Total		<u>829.450</u>	<u>1.121.027</u>
Circulante		725.874	987.586
Não circulante		103.576	133.441

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	165.178	98.730	212.154	476.062	571.091	(265.526)	(253.818)
Industrial	57.026	6.085	13.293	76.404	98.891	(3.955)	(4.138)
Comercial, serviços e outras	91.790	23.551	42.830	158.171	197.564	(14.762)	(14.226)
Rural	29.374	6.870	24.108	60.352	63.398	(6.131)	(6.418)
	<u>343.368</u>	<u>135.236</u>	<u>292.385</u>	<u>770.989</u>	<u>930.944</u>	<u>(290.374)</u>	<u>(278.600)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	3.367	647	1.299	5.313	6.854	(398)	(398)
Estadual	5.947	5.249	1.122	12.318	13.058	(2)	(2)
Municipal	12.938	5.909	2.103	20.950	24.308	(6)	(8)
	<u>22.252</u>	<u>11.805</u>	<u>4.524</u>	<u>38.581</u>	<u>44.220</u>	<u>(406)</u>	<u>(408)</u>
Iluminação pública	25.582	4.934	2.190	32.706	35.299	(41)	(43)
Serviço público	32.106	3.319	3.672	39.097	46.139	(741)	(514)
Fornecimento não faturado	137.643	-	-	137.643	180.030	-	-
	<u>560.951</u>	<u>155.294</u>	<u>302.771</u>	<u>1.019.016</u>	<u>1.236.632</u>	<u>(291.562)</u>	<u>(279.565)</u>
Total							
Circulante				920.315	1.107.860	(291.562)	(279.565)
Não circulante				98.701	128.772	-	-

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de junho de 2013 é R\$ 44.171 (R\$ 59.123 em 31 de dezembro de 2012), relativos às subvenções dos meses de fevereiro e março de 2013.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(304.783)	(950)	(23.363)	(329.096)
Reversões	152.053	1.014	13.434	166.501
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(279.565)	(1.508)	(22.961)	(304.034)
Adições	(89.691)	(839)	(6.683)	(97.213)
Reversões	59.555	832	261	60.648
Baixados a reserva	18.139	-	-	18.139
Saldos em 30 de junho de 2013	(291.562)	(1.515)	(29.383)	(322.460)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/13	31/12/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	14.568	8.179
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	mai-14 / jul-14 / fev-15	CDIC	1.020	1.045
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jun-13	CDI	-	43.927
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	25.527	11.684
Bradesco	(a)	LFT	set/13 / mar/14	CDI	699	16
Bradesco	(a)	CDB	set-13	CDI	2.222	2.184
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	dez-13 / jan-14 / fev-14/dez-14 / jan-15 / fev-17	CDI	5.918	7.374
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	2.572	2.486
Total					<u>52.526</u>	<u>76.895</u>
Circulante					48.930	26.726
Não circulante					3.596	50.169

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata. A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	35.294
Aplicações	174.358
Resgates	(135.392)
Remuneração	2.635
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.895
Aplicações	157.695
Resgates	(184.089)
Remuneração	2.025
Saldos em 30 de junho de 2013	52.526
Circulante	48.930
Não Circulante	3.596

7. RECURSOS CDE

	Ref.	30/06/13
Encargos de serviço de sistema	(a)	54.811
Risco hidrológico	(b)	2.133
Frustração de cotas	(c)	12.703
Total		69.647

Em outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à Aneel a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

- a) Encargo do Serviço do Sistema: custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- b) Risco Hidrológico: valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e
- c) Frustração de cotas: custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	59.434	35.699
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	42.155	11.234
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	51.007	55.226
Programa de integração social - PIS	(c)	3.444	3.012
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	15.811	13.901
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.667	1.537
Outros		808	1.262
		<u>174.326</u>	<u>121.871</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	70.915	72.994
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		<u>73.328</u>	<u>75.407</u>
Total		<u>247.654</u>	<u>197.278</u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 121.420 (R\$ 118.397 em 31 de dezembro de 2012).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 502 (R\$ 9.823 em 31 de dezembro de 2012).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 21 – Provisões.

9. SERVIÇOS EM CURSO

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	30/06/13	31/12/12
Serviço próprio	9.222	5.898
Serviços prestados a terceiros	40.507	37.928
Total	<u>49.729</u>	<u>43.826</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	47.354	46.598
Diferido ativo		183.953	175.702
Diferido passivo		(136.599)	(129.104)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	181.893	190.368
Total		<u>229.247</u>	<u>236.966</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo			
	30/06/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	288.520	21.759	283.417	20.483
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	284.383	25.595	290.168	26.115
Total		<u>47.354</u>		<u>46.598</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ativo	30/06/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.088	41.088	32.829	32.829
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	166.276	166.276	147.244	147.244
Provisão PLR	8.450	8.450	15.640	15.640
Incentivo fiscal Sudene	73.001	-	62.113	-
Baixa líquida de gastos capitalizados	201.711	269.934	201.711	269.934
Ajustes RTT	-	-	-	-
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Ativos e passivos regulatórios	-	-	15.576	15.576
Outros	33.769	33.769	33.607	33.607
Total Ativo	543.719	538.941	515.716	521.826
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(4.297)	(4.297)	(4.154)	(4.154)
Ajustes RTT	-	-	-	-
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável	(103.272)	(102.631)	(85.415)	(84.774)
Ajuste da quota anual de amortização	(21.721)	(21.721)	(20.234)	(20.234)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(62.941)	(62.941)	(65.947)	(65.947)
Déficit plano previdenciário	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(31.133)	(31.133)	(24.606)	(24.606)
Ativos e passivos regulatórios	(12.280)	(12.280)	(13.119)	(13.119)
Custo de captação	(7.547)	(7.547)	(9.345)	(9.345)
Total Passivo	(255.199)	(254.558)	(232.299)	(231.658)
Total Líquido	288.520	284.383	283.417	290.168

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ref.	Período acumulado de seis meses findos em			
	30/06/13		30/06/2012 (Reapresentado)	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	402.022	402.022	376.515	376.515
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.472)	(8.472)	(9.108)	(9.108)
Ajustes decorrentes do RTT	(14.972)	(14.972)	41.091	41.091
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	378.578	378.578	408.498	408.498
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	94.645	34.072	102.125	36.765
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	22	-	8
Contribuições e doações	2	1	18	7
Multas indedutíveis	41	15	1.507	543
Depreciação veículos executivos	18	6	27	10
Outras adições	2.607	597	938	129
	2.668	641	2.490	697
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(4.113)	(1.481)	(4.421)	(1.591)
Reversão da PMIPL	(71.621)	-	(83.921)	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(901)	-
Efeito regime lucro presumido	-	-	(491)	(161)
	(76.912)	(1.481)	(89.734)	(1.752)
Imposto de renda e contribuição social no período	20.401	33.232	14.881	35.710
Diferido de diferença temporária de RTT	1.051	1.358	4.436	(3.691)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	21.452	34.590	19.317	32.019
Corrente	25.575	35.094	23.534	38.825
Recolhidos e Pagos	19.624	29.370	19.047	23.287
Á pagar	6.374	6.147	4.967	7.224
Impostos antecipados a recuperar	(423)	(423)	(480)	(359)
Diferido	(4.123)	(504)	(4.217)	(6.806)
	21.452	34.590	19.317	32.019

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	30/06/13		30/06/2012 (Reapresentado)	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	153.350	153.350	192.103	192.103
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.236)	(4.236)	(4.554)	(4.554)
Ajustes decorrentes do RTT	(45.483)	(45.483)	57.793	57.793
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	103.631	103.631	245.342	245.342
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	25.908	9.327	61.336	22.081
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	3	-	4
Contribuições e doações	1	-	1	-
Multas indedutíveis	6	2	987	355
Depreciação veículos executivos	7	3	9	3
Outras adições	2.508	582	227	78
	2.522	590	1.224	440
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.056)	(740)	(2.210)	(796)
Incentivo fiscal SUDENE	(19.248)	-	(51.663)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(587)	-	(317)	-
Outras exclusões	-	-	(486)	(357)
	(21.891)	(740)	(54.676)	(1.153)
Imposto de renda e contribuição social no período	6.539	9.177	7.884	21.368
Diferido de diferença temporária de RTT	3.026	4.099	962	(5.198)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.565	13.276	8.846	16.170
Corrente	7.521	9.531	16.081	24.319
Recolhidos e Pagos	12.122	17.669	15.003	14.961
Á pagar	(4.174)	(7.716)	1.559	1.043
Impostos antecipados a recuperar	(427)	(422)	(481)	(358)
Diferido	2.044	3.745	(7.235)	(8.149)
	9.565	13.276	8.846	16.170

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (R1) (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n°s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes

11. OUTROS ATIVOS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		2.991	4.602
Adiantamentos a fornecedores		15.270	7.662
Serviços prestados a terceiros		3.577	1.694
Alienações em curso		140	59
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	4.297	4.154
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	10.894	6.640
Cobrança extra judicial		637	665
Uso mútuo de postes		4.822	4.344
Sub-rogação CCC		1.547	1.651
Outros créditos a receber		3.385	2.775
Total		<u>47.560</u>	<u>34.246</u>
Circulante		<u>44.663</u>	<u>31.391</u>
Não circulante		2.897	2.855

- (a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as oito primeiras parcelas anuais.
- (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Trabalhistas		114.120	97.212
Cíveis		58.299	52.262
Fiscais:		<u>20.858</u>	<u>30.594</u>
PIS / COFINS		2.167	12.416
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	8.181	7.928
Impostos municipais	(b)	2.296	2.237
ICMS	(c)	6.039	5.882
INSS		678	666
Outros		1.497	1.465
Outros		<u>4.259</u>	<u>3.680</u>
Total		<u>197.536</u>	<u>183.748</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.
- Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		518.653
Baixas	(a)	(39.462)
Transferências		948.505
Atualização monetária		88.476
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>1.516.172</u>
Baixas		(194)
Amortização/reversão		-
Transferências	(b) / (c)	(108.669)
Atualização monetária		17.857
Saldos em 30 de junho de 2013		<u><u>1.425.166</u></u>

- (a) Conforme mencionado na Nota 2, item 2.3, em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica a Companhia realizou uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificou itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procedeu ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos conforme CPC 23 – Retificação de Erro.
- (b) Redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRT, Despacho ANEEL no. 1.073 de 11 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.
- (c) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	30/06/13				31/12/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,97%	4.307.443	(1.304.644)	(273.746)	2.729.053
Em curso					
Direito de uso da concessão		783.627	-	50.398	834.025
Total		5.091.070	(1.304.644)	(223.348)	3.563.078

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.738.896	(882.293)	(384.620)	2.471.983	600.743	87.343	688.086	3.160.069
Adições	-	-	-	-	1.406.501	(237.928)	1.168.573	1.168.573
Baixas	(110.823)	47.863	-	(62.960)	(7.666)	-	(7.666)	(70.626)
Amortizações	-	(321.761)	85.307	(236.454)	-	-	-	(236.454)
Transferências - Intangíveis	813.753	-	(83.061)	730.692	(813.753)	83.061	(730.692)	-
Transferências - Ativos financeiros	(607.182)	-	91.782	(515.400)	(520.931)	87.826	(433.105)	(948.505)
Transferências - Outros	-	-	398	398	(5.156)	11.211	6.055	6.453
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.834.644</u>	<u>(1.156.191)</u>	<u>(290.194)</u>	<u>2.388.259</u>	<u>659.738</u>	<u>31.513</u>	<u>691.251</u>	<u>3.079.510</u>
Adições	-	-	-	-	551.951	(40.182)	511.769	511.769
Baixas	(41.250)	35.998	-	(5.252)	(1.444)	-	(1.444)	(6.696)
Amortizações	-	(184.451)	45.837	(138.614)	-	-	-	(138.614)
Transferências Curso/Serviço	236.729	-	(29.796)	206.933	(236.729)	29.796	(206.933)	-
Transferências - Ativos financeiros	277.320	-	-	277.320	(195.140)	26.489	(168.651)	108.669
Transferências - Outros	-	-	407	407	5.251	2.782	8.033	8.440
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>4.307.443</u>	<u>(1.304.644)</u>	<u>(273.746)</u>	<u>2.729.053</u>	<u>783.627</u>	<u>50.398</u>	<u>834.025</u>	<u>3.563.078</u>

(a) Conforme item (c) da Nota Explicativa 13 acima.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Fornecedores	30/06/13	31/12/12
Energia elétrica:	346.539	321.656
Terceiros	299.872	275.726
Partes relacionadas	46.667	45.930
Encargos de uso da rede	38.709	31.019
Terceiros	36.826	28.968
Partes relacionadas	1.883	2.051
Materiais e serviços	113.929	152.025
Terceiros	113.571	151.609
Partes relacionadas	358	416
Energia livre	28.361	27.397
Total	<u>527.538</u>	<u>532.097</u>
Circulante	499.177	504.700
Não circulante	28.361	27.397

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos	Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	30/06/13	31/12/12
Moeda nacional						
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	1.437	65.864	238.557	305.858	339.021
(-) Custos de transação		-	(812)	(1.388)	(2.200)	(2.675)
		1.437	65.052	237.169	303.658	336.346
BNDES FINEM	8,06% a.a.	1.952	184.095	603.495	789.542	741.778
(-) Custos de transação		-	(20)	(7)	(27)	(41)
		1.952	184.075	603.488	789.515	741.737
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	688	26.021	142.960	169.669	180.906
(-) Custos de transação		-	(223)	(910)	(1.133)	(1.250)
		688	25.798	142.050	168.536	179.656
FINEP	5,27% a.a. a 5,34%a.a.	92	9.644	35.360	45.096	49.940
(-) Custos de transação		-	(98)	(159)	(257)	(315)
		92	9.546	35.201	44.839	49.625
Banco do Brasil	13,55% a.a / 13,76% a.a.	50.195	102.988	300.000	453.183	450.121
(-) Custos de transação		-	(1.400)	(1.023)	(2.423)	(3.109)
Operações com swap		99,5% do CDI	-	(13.168)	-	(13.168)
		50.195	88.420	298.977	437.592	432.255
BONDS BRL	12,19%a.a. a 12,28%a.a.	8.225	-	400.000	408.225	408.225
(-) Custos de transação		-	(865)	(1.579)	(2.444)	(2.877)
		8.225	(865)	398.421	405.781	405.348
Total moeda nacional		62.589	372.026	1.715.306	2.149.921	2.144.967
Moeda estrangeira						
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a	42	117.334	219.804	337.180	310.745
Operações com swap	106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	(5.799)	(46.313)	(52.112)	(27.489)
		42	111.535	173.491	285.068	283.256
BANK OF AMERICA	Libor 3M + 1,7% a.a.	389	8.792	430.087	439.268	401.252
Operações com swap	CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a. e CDI + 0,61% a.a.	-	27.062	(59.834)	(32.772)	6.752
		389	35.854	370.253	406.496	408.004
Banco Tokio	Libor 3M + 0,8% a.a.	53	1.233	104.157	105.443	95.860
Operações com swap	CDI + 0,60% a.a.	-	8.014	(10.590)	(2.576)	7.316
		53	9.247	93.567	102.867	103.176
Total moeda estrangeira		484	156.636	637.311	794.431	794.436
(-) Garantias depósitos vinculados				-	(36.630)	(36.743)
Total		63.073	528.662	2.315.987	2.907.722	2.902.660

(a) Captações e renegociações de recursos no trimestre:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 76.130 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os Títulos Externos, os empréstimos em moeda estrangeira com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Empréstimos em moeda estrangeira, com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. – Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	30/06/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	238.096	(1.627)	236.469	584.918	(3.288)	581.630
2015	654.358	(1.944)	652.414	635.552	(1.944)	633.608
2016	642.080	(808)	641.272	624.728	(808)	623.920
2017	530.884	(327)	530.557	513.973	(327)	513.646
2018	249.379	(149)	249.230	253.140	(149)	252.991
Após 2018	42.886	(211)	42.675	42.885	(211)	42.674
Total obrigações	<u>2.357.683</u>	<u>(5.066)</u>	<u>2.352.617</u>	<u>2.655.196</u>	<u>(6.727)</u>	<u>2.648.469</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(36.630)			(36.743)
Total			<u><u>2.315.987</u></u>			<u><u>2.611.726</u></u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	280.726	1.724.472	32.247	250.123	2.287.568
Ingressos	-	344.755	-	519.505	864.260
Encargos	171.898	14.687	8.337	-	194.922
Variação monetária e cambial	-	-	478	16.525	17.003
Swap	-	(4.683)	8.762	(7.476)	(3.397)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(46)	(354)	(6.732)	(7.132)
Transferências	214.347	(221.368)	32.283	(32.283)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(435.344)	-	(26.979)	-	(462.323)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.228	-	-	15.228
(-) Custos de transação	4.533	(981)	-	-	3.552
Saldos em 31 de dezembro de 2012	236.160	1.872.064	54.774	739.662	2.902.660
Ingressos	-	85.860	-	-	85.860
Encargos	82.300	5.208	8.353	-	95.861
Variação monetária e cambial	-	-	336	68.840	69.176
Swap	(1.107)	(2.305)	16.046	(65.090)	(52.456)
Efeito cumulativo marcação a mercado	(72)	(51)	(5.239)	2.868	(2.494)
Transferências	282.214	(282.214)	108.969	(108.969)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(166.662)	-	(26.119)	-	(192.781)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	114	-	-	114
(-) Custos de transação	1.782	-	-	-	1.782
Saldos em 30 de junho de 2013	434.615	1.678.676	157.120	637.311	2.907.722

17. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	30/06/13			31/12/12	
						Encargos	Principal		Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		294	6.617	-	6.911	12.595
Operações com swap					IGPM+13,95	-	15.909	-	15.909	30.719
						294	22.526	-	22.820	43.314
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		755	78.640	39.355	118.750	158.235
(-) Custos de transação						-	(164)	(30)	(194)	(326)
						755	78.476	39.325	118.556	157.909
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)
						-	-	-	-	83.310
Total						1.049	101.002	39.325	141.376	284.533

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/06/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	39.355	(30)	39.325	98.659	(93)	98.566

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.932	272.532	375.464
Encargos	27.313	-	27.313
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	177.557	(177.557)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(125.589)	-	(125.589)
(-) Custos de transação	472	-	472
Saldos em 31 de dezembro de 2012	185.967	98.566	284.533
Encargos	6.203	-	6.203
Variação monetária e cambial	532	(45)	487
Swap	922	483	1.405
Efeito cumulativo marcação a mercado	(32)	(4)	(36)
Transferências	59.675	(59.675)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(151.350)	-	(151.350)
(-) Custos de transação	134	-	134
Saldos em 30 de junho de 2013	102.051	39.325	141.376

18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/06/13	31/12/12
Salários	3.108	3.179
Encargos sociais	8.986	7.638
Provisões férias e 13º salário	22.069	18.310
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.821	3.400
Provisão PLR	8.450	15.641
Outros	148	227
Total	44.582	48.395

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	8.740
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		877	3.162
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.585	1.842
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	32.727	35.898
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	7.098	7.330
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		811	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	2.190
Ministério de Minas e Energia - MME		246	355
Total		<u>43.344</u>	<u>60.277</u>
Circulante		33.129	59.199
Não circulante		10.215	1.078

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/13	31/12/12
Circulante		
Imposto de renda - IR	29.143	4.891
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	35.517	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	31.894	49.171
Programa de integração social - PIS	6.337	8.564
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	28.101	38.662
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.271	4.002
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.210	1.053
Imposto sobre serviços - ISS	395	606
Impostos e contribuições retidos na fonte	11.430	12.592
Outros	1.783	5.677
	<u>149.081</u>	<u>125.218</u>
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.646	3.854
Programa de integração social - PIS	316	309
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	440	435
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	72	-
	<u>5.474</u>	<u>4.598</u>
Total	<u>154.555</u>	<u>129.816</u>

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar acumulada até o segundo trimestre de 2013, é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.247
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	397.257
Propostos	52.933
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.548)
Pagos no período	(311.866)
Prescritos	(428)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	167.595
Declarados	3.391
Pagos no período	(68.024)
Prescritos	(196)
Saldos em 30 de junho de 2013	<u><u>102.338</u></u>

22. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 27.110, classificada no passivo circulante (R\$ 23.899 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 156.646 no não circulante (R\$ 140.824 em 31 de dezembro de 2012) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	87.599	47.914	11.423	17.787	164.723
Constituição	11.393	10.706	386	-	22.485
Baixas/reversão	(10.997)	(12.035)	(571)	-	(23.603)
Atualização	11.905	5.897	582	1.767	20.151
Saldos em 30 de junho de 2013	<u><u>99.900</u></u>	<u><u>52.482</u></u>	<u><u>11.820</u></u>	<u><u>19.554</u></u>	<u><u>183.756</u></u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				30/06/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	59.577	1ª, 2ª e 3ª	Provável	59.577	49.241
	210.026	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	66.196	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	34.345	1ª, 2ª e 3ª	Provável	34.345	32.338
	184.182	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	55.022	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	5.978	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.978	6.020
	23.619	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	15.146	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	654.091			99.900	87.599

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/06/13	31/12/12
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	11.852	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.852	11.192
Indenização por perdas	(b)	39.548	1ª, 2ª e 3ª	Provável	39.548	35.623
		665.205	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.708	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		947	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		18.053	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.486	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	815	1ª, 2ª e 3ª	Provável	815	826
		55.233	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.264	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		80	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(c)	264	1ª, 2ª e 3ª	Provável	264	270
		4.726	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		366	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		829.550			52.482	47.914

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/06/13	31/12/12
ICMS	(a)	148	1ª, 2ª e 3ª	Provável	148	145
		116.746	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.229	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.229	2.177
		19.114	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		4.992	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	11.362	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		1.170	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.433	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(e)	18.704	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	31.480	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	5.769	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.203	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	434.978	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	4.636	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.636	5.090
		126	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	4.608	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		285	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(k)	5.243	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.923	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		5.005	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(l)	4.803	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.803	4.007
		1.235	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>694.822</u>			<u>11.820</u>	<u>11.423</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como provável.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis as contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços às suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE

(k.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k.2) Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(l) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado			30/06/13	31/12/12
Auto de Infração ANEEL	(a)	19.554	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.554	17.787
	(b)	10.419	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>29.973</u>			<u>19.554</u>	<u>17.787</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) Termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL.
- (b) Termo de Notificação referente à troca do sistema comercial SAP/CCS e a cobrança, nesse período, aos consumidores de energia utilizando a média de consumo. A Companhia ingressou em 12/09/2011 com ação ordinária contra essa autuação.

23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/06/13	31/12/12
Consumidores	(a)	30.840	33.558
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	3.256	10.497
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.592	2.791
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		19	-
Convênios		179	209
Caução em garantia	(c)	94.761	76.763
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		104	108
Adiantamentos recebidos		24.650	23.977
Adiantamentos Subvenção CDE	(d)	66.370	-
Outras		11.476	11.475
Total		<u>234.454</u>	<u>159.585</u>
Circulante		214.612	113.920
Não circulante		19.842	45.665

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (d) Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. Em 30 de junho de 2013 o saldo de R\$ 66.370 refere-se as parcelas recebidas antecipadamente dos meses de julho a novembro de 2013, homologadas pela ANEEL através do Despacho 1.711 de 29 de maio de 2013.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A.	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 71.299 (R\$ 83.417 em 30 de junho de 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Fornecimento de energia	403.288	612.967	980.048	1.254.641
Receita de distribuição	341.142	541.617	842.154	1.108.729
Remuneração financeira wacc	62.146	71.350	137.894	145.912
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	2	-	2	2.431
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	986.138	1.075.916	2.002.573	2.085.833
Receita de distribuição	983.667	1.072.016	1.996.643	2.078.006
Remuneração financeira wacc	2.471	3.900	5.930	7.827
Receita de construção da infraestrutura da concessão	219.586	236.426	523.961	478.701
Outras receitas	59.423	15.389	85.473	31.099
Total receita bruta	1.668.437	1.940.698	3.592.057	3.852.705
(-) Deduções da receita bruta	(453.340)	(568.730)	(938.467)	(1.140.191)
Total receita operacional líquida	1.215.097	1.371.968	2.653.590	2.712.514

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ref.	Período acumulado de seis meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Consumidores:						
Residencial	4.549.009	4.498.647	3.088.210	2.824.678	1.284.567	1.391.303
Industrial	19.427	20.132	1.248.754	1.448.794	335.214	464.856
Comercial	319.622	313.108	1.530.137	1.463.389	680.544	759.871
Rural	203.744	201.221	712.293	661.301	133.679	147.473
Poder público	46.218	47.504	340.577	320.371	131.227	146.686
Iluminação pública	16.250	16.162	424.369	388.811	76.761	83.373
Serviço público	9.808	9.264	425.527	409.130	88.873	99.918
Consumo próprio	424	385	7.854	7.421	-	-
Suprimento	-	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(42.387)	2.516
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1) -	-	-	-	(1.925.311)	(2.002.274)
	<u>5.164.502</u>	<u>5.106.424</u>	<u>7.777.721</u>	<u>7.523.895</u>	<u>763.167</u>	<u>1.093.722</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	216.881	160.919
Total	<u>5.164.502</u>	<u>5.106.424</u>	<u>7.777.721</u>	<u>7.523.895</u>	<u>980.048</u>	<u>1.254.641</u>

Ref.	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Consumidores:						
Residencial	4.549.009	4.498.647	1.522.758	1.391.846	583.969	692.284
Industrial	19.427	20.132	622.841	706.531	160.121	236.157
Comercial	319.622	313.108	751.382	712.722	313.434	383.421
Rural	203.744	201.221	363.985	363.058	64.645	81.667
Poder público	46.218	47.504	172.998	161.883	62.265	76.784
Iluminação pública	16.250	16.162	222.151	201.663	38.284	44.193
Serviço público	9.808	9.264	214.044	204.691	42.391	52.221
Consumo próprio	424	385	3.860	3.627	-	-
Suprimento	-	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(19.922)	(4.041)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(952.214)	(1.034.068)
	<u>5.164.502</u>	<u>5.106.424</u>	<u>3.874.019</u>	<u>3.746.021</u>	<u>292.973</u>	<u>528.618</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	110.315	84.349
Total	<u>5.164.502</u>	<u>5.106.424</u>	<u>3.874.019</u>	<u>3.746.021</u>	<u>403.288</u>	<u>612.967</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

<u>Revisão Tarifária</u>	<u>Ref.</u>	
Receita Verificada (RV)	(1)	4.120.723
Encargos Setoriais		237.360
Compra de Energia Elétrica		1.856.107
Transporte de Energia		130.674
Parcela A		<u>2.224.141</u>
Parcela B (com ajustes 2º CRTP e Mercado)		<u>1.687.015</u>
Receita Requerida - RR (Parcela A +B)	(2)	3.911.156
Outras Receitas (OR)	(3)	34.164
CVA e Neutralidade		- 5.080
Subsídios Tarifários		<u>37.990</u>
Outros Componentes Financeiros		<u>-39.330</u>
Total Comp. Financeiros e Subsídios		<u>-6.420</u>
Reposicionamento Tarifário [(2) - (3)] / (1)]	(4)	-5,91%
Componentes Financeiros e Subsídios	(5)	<u>-0,15%</u>
Reposicionamento Tarifário Total [(4) + (5)]		<u>-6,06%</u>
Efeito Médio Percebido pelo Consumidor (*)		<u><u>-7,92%</u></u>

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	<u>Período de três meses findos em</u>		<u>Período acumulado de seis meses findos em</u>	
	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/12</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	33.925	41.848	77.262	83.558
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1) 952.213	1.034.068	1.925.311	2.002.275
	<u>986.138</u>	<u>1.075.916</u>	<u>2.002.573</u>	<u>2.085.833</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(d) Outras Receitas

	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Renda da prestação de serviços	5.846	3.319	10.586	6.600
Arrendamentos e aluguéis	6.772	7.568	13.645	14.533
Serviço taxado	3.134	2.661	6.071	4.735
Taxa de iluminação pública	1.242	1.291	2.589	2.572
Administração de faturas de fraudes	282	(459)	361	609
Comissão serviços de terceiros	974	1.009	1.951	2.050
Ressarcimento Energia	41.173	-	50.270	-
	<u>59.423</u>	<u>15.389</u>	<u>85.473</u>	<u>31.099</u>

(e) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
IMPOSTOS:				
ICMS	(273.806)	(329.081)	(594.196)	(656.997)
PIS	(29.207)	(28.594)	(53.237)	(55.813)
COFINS	(134.215)	(131.850)	(245.012)	(257.172)
ISS	(1.075)	(1.501)	(2.169)	(3.053)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(19.634)	(5.378)	(37.049)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.631)	(9.487)	(5.263)	(18.973)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(33.736)	(8.740)	(82.499)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(4.301)	(5.422)	(9.373)	(10.437)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.376)	(2.167)	(4.405)	(4.169)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.187)	(1.083)	(2.201)	(2.085)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.376)	(2.166)	(4.405)	(4.169)
Encargos do Consumidor - PROINFRA	(1.923)	(759)	(3.847)	(1.520)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(243)	(3.250)	(241)	(6.255)
Total	<u>(453.340)</u>	<u>(568.730)</u>	<u>(938.467)</u>	<u>(1.140.191)</u>

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Período acumulado de seis meses findos em			
	30/06/13			30/06/2012 (reapresentado)
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(50.056)	(33.078)	(44.078)	(127.212)
Administradores	-	-	(1.451)	(1.451)
Entidade de previdência privada	(2.380)	(891)	(1.574)	(4.845)
Material	(7.498)	(721)	(607)	(8.826)
Serviços de terceiros	(92.724)	(92.865)	(43.522)	(229.111)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(4.713)	-	-	(4.713)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.007.336)	-	-	(1.007.336)
Encargos de uso de rede	(62.716)	-	-	(62.716)
Amortização	(114.858)	(22.769)	(3.700)	(141.327)
Arrendamentos e aluguéis	(465)	(87)	(1.924)	(2.476)
Tributos	(216)	(1.775)	(1.231)	(3.222)
Provisões líquidas - PCLD	-	(18.427)	-	(18.427)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(18.139)	-	(18.139)
Provisões líquidas - Contingências	-	-	1.506	1.506
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(523.961)	-	-	(523.961)
Perda Cancelamento de Obras / Outros	-	-	(263)	(263)
Outros	(2.645)	(1.852)	(18.887)	(23.384)
Total custos / despesas	<u>(1.869.568)</u>	<u>(190.604)</u>	<u>(115.731)</u>	<u>(2.175.903)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Período de três meses findos em				
	30/06/13				30/06/2012 (reapresentado)
Custo / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(30.961)	(19.157)	(15.811)	(65.929)	(49.987)
Administradores	-	-	(720)	(720)	(704)
Entidade de previdência privada	(1.222)	(395)	(783)	(2.400)	(248)
Material	(3.930)	(378)	(334)	(4.642)	(2.271)
Serviços de terceiros	(47.558)	(48.348)	(22.929)	(118.835)	(107.703)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.432)	-	-	(2.432)	(2.281)
Energia elétrica comprada para revenda	(474.147)	-	-	(474.147)	(548.621)
Encargos de uso do sistema transmissão	(30.978)	-	-	(30.978)	(66.985)
Depreciação e amortização	(58.022)	(10.990)	(1.802)	(70.814)	(63.256)
Arrendamentos e aluguéis	(300)	(66)	(983)	(1.349)	(1.210)
Tributos	(26)	(1)	(212)	(239)	(255)
Provisões líquidas - PCLD	-	(1.619)	-	(1.619)	(28.596)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(16.724)	-	(16.724)	(7.531)
Provisões líquidas - Contingências	-	-	1.192	1.192	(296)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(219.586)	-	-	(219.586)	(236.426)
Perda Cancelamento de Obras / Outros	-	-	208	208	(746)
Outros	(1.611)	(853)	(9.222)	(11.686)	(9.013)
Total custos / despesas	(870.773)	(98.531)	(51.396)	(1.020.700)	(1.126.129)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Renda de aplicações financeiras	4.966	3.641	9.331	9.132
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	20.818	21.714	42.237	41.786
Variação monetária	17.432	8.961	26.280	17.442
Variação cambial	4.875	137	34.395	26.596
Operações swap	87.564	32.252	104.608	50.140
Receita Financeira da Concessão	2.879	(9.373)	17.856	(7.899)
Outras receitas financeiras	4.112	3.545	7.280	6.841
Total	<u>142.646</u>	<u>60.877</u>	<u>241.987</u>	<u>144.038</u>

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Encargos de dívida	(45.880)	(46.007)	(89.473)	(94.048)
Variação monetária	(25.815)	(12.948)	(43.884)	(29.103)
Variação cambial	(86.607)	(31.612)	(104.056)	(49.308)
Operações swap	(16.914)	(10.620)	(56.899)	(44.537)
Multas regulatórias	(5.973)	(7.817)	(17.914)	(20.213)
Perda acréscimos moratórios	(435)	(10.366)	(779)	(10.366)
Outras despesas financeiras	(2.069)	4.757	(4.647)	(16.852)
Total	<u>(183.693)</u>	<u>(114.613)</u>	<u>(317.652)</u>	<u>(264.427)</u>

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	b)	Uso da Rede	-	148	(1.761)	-	347	-
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.501	-	-	685	-	-
			1.501	148	(1.761)	685	347	-
COSERN	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	176	-	-	107	-	-
			176	-	-	107	-	-
TERMOPERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	13.178	(43.626)	-	11.676	(40.129)
			-	13.178	(43.626)	-	11.676	(40.129)
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	23	-	122	31	-	-
	a.1)	Energia comprada	-	28.989	(166.942)	-	27.646	(159.134)
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	2.357	-	-	1.076	-	-
			2.380	28.989	(166.820)	1.107	27.646	(159.134)
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	-	(4.453)	-	2.104	(5.875)
		Reembolso de despesa	-	-	-	2	-	-
			-	-	(4.453)	2	2.104	(5.875)
BAGUARI I	a.2)	Energia comprada	-	372	(1.810)	-	400	(1.720)
			-	372	(1.810)	-	400	(1.720)
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	61	-	355	64	-	372
			61	-	355	64	-	372
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	125	(608)	-	138	(576)
			-	125	(608)	-	138	(576)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(141)
			-	-	-	-	-	(141)
GOIAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	229	(1.115)	-	252	(1.053)
			-	229	(1.115)	-	252	(1.053)
SE NARANDIBA	b) / d)	Uso da Rede	-	380	(1.616)	-	382	(1.614)
			-	380	(1.616)	-	382	(1.614)
AFLUENTE GERAÇÃO	g)	Energia fornecida	6	-	-	-	-	-
	a.1)	Energia comprada	-	2.053	(11.878)	-	1.979	(11.514)
	b)	Uso da Rede	87	-	536	91	-	529
			93	2.053	(11.342)	91	1.979	(10.985)
AFLUENTE TRANSMISSÃO	d) / g)	Energia fornecida	-	-	40	8	-	-
	b)	Uso da Rede	-	1.355	(5.520)	-	1.322	(5.384)
	(e)	Aluguel/Comodato	-	2	(11)	-	2	(12)
			-	1.357	(5.491)	8	1.324	(5.396)
ÁGUAS DA PEDRA	a.2)	Energia comprada	-	1.574	(7.664)	-	1.735	(7.236)
			-	1.574	(7.664)	-	1.735	(7.236)
MEL 2	a.2)	Energia comprada	-	-	(346)	-	-	-
			-	-	(346)	-	-	-
CAETITÊ 2	a.2)	Energia comprada	-	73	(414)	-	-	-
			-	73	(414)	-	-	-
CAETITÊ 3	a.2)	Energia comprada	-	74	(417)	-	-	-
			-	74	(417)	-	-	-
Banco do Brasil S.A.		Outros	-	641	(159)	-	800	(164)
			-	641	(159)	-	800	(164)
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	-	-	-	(4.617)
			-	-	-	-	-	(4.617)
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	46	-	-
		Dividendos	-	-	-	-	46.694	-
		Juros sobre capital próprio	-	99.830	-	-	99.830	-
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-
	(e)	Aluguel/Comodato	-	89	(528)	-	89	(499)
		Outros	-	-	-	-	-	315
			-	102.321	(528)	46	149.015	(184)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do F		Dividendos	-	-	-	-	1.176	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	2.514	-
			-	-	-	-	3.690	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	-	-	-	4.361	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	7.925	-
			-	-	-	-	12.286	-
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	358	-	-	416	-
			-	358	-	-	416	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	2.936	-	-	3.231	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	1.864	-
			-	2.936	-	-	5.095	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL, com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de energia fornecida

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 é de R\$ 1.392 (R\$ 1.295 em 30 de junho de 2012). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores classificados como mantido para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; e (b) Títulos e valores mobiliários aplicados em fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 - é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

		Ativos (Passivos)			
		30/06/13		31/12/12	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Nível de Hierarquia					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		249.933	249.933	252.479	252.479
Títulos e valores mobiliários		52.526	52.526	76.895	76.895
Contas a receber de clientes e outros		814.353	814.353	1.121.027	1.121.027
Passivo					
Fornecedores		(476.073)	(476.073)	(532.097)	(532.097)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)		Nível 2	(146.500)	(146.500)	(143.691)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional			(1.979.958)	(1.979.287)	(1.979.287)
Debêntures em moeda nacional		Nível 1	(118.557)	(118.257)	(241.219)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira		Nível 2	(888.801)	(888.801)	(820.453)
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	84.718	84.718	(2.543)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- o Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- o Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- o Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012 são como segue:

					Valores de Referência						Efeito acumulado
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		30/06/13
					30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Bancos Santander e Citibank	11/07/06 / 15/06/09 /		USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a.					337.194	310.422	
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas	22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 284.912	R\$ 282.704	285.083	282.933	
									52.111	27.489	20.660
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a.	USD 1.444	USD 2.979	R\$ 4.363	R\$ 9.003	6.911	12.599	
Passiva				IGPM + 13,95% a.a					22.820	43.319	
									(15.909)	(30.720)	(1.181)
Swap											
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	USD 50.000	R\$ 104.005	R\$ 104.005	106.913	96.988	
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.337	104.305	
									2.576	(7.317)	6.729
Swap											
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 /		117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a)	USD 200.000	USD 200.000	R\$ 415.500	R\$ 415.500	449.597	409.944	
Passiva		19/11/12	14/06/18	CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.					416.826	416.696	
									32.771	(6.752)	29.176
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.			R\$ 100.000	R\$ 100.000	146.503	143.693	
Passiva				99,5 % do CDI					133.334	128.936	
									13.169	14.757	(1.589)
Total									84.718	(2.543)	53.795

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para os seis meses findos em 30 de junho de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 53.795.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar		(75.263)	(94.079)	(112.894)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	75.286	94.108	112.930
Exposição Líquida		24	29	35

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de junho de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 1.020.147 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	7.996	5.997	3.998
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(14.509)	(18.137)	(21.764)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(17.007)	(21.258)	(25.510)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(32.242)	(40.303)	(48.364)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(398)	(498)	(597)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 218.438 sendo R\$ 216.506 em fundos exclusivos e R\$ 1.932 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2012			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores				
Empréstimos e Financiamentos	575.624	-	-	-
Debêntures	86.143	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(661.767)	-	-	-
Instrumentos Derivativos	-		-	-
Não Circulante				
Fornecedores	-			
Empréstimos e Financiamentos	-	252.278	1.861.451	318.996
Debêntures	-	39.325	-	-
Instrumentos Derivativos	-	(15.809)	(52.000)	(48.928)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Reconhecimento do subsídio da CDE e compra de energia

Conforme mencionado na Nota 6 às informações trimestrais, em 8 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassados às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, de competência do trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia referentes ao primeiro trimestre foram, contudo, parcialmente reconhecidos no período de três meses findo em 30 de junho de 2013. Desse modo, o lucro líquido do período de três meses findo em 30 de junho de 2013 está apresentado a maior em R\$ 19.385 mil, líquidos dos efeitos tributários, e o ativo circulante, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2013 estão apresentados a menor, por esse mesmo valor.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às

informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados na Nota 2.3 foram alterados em decorrência dos assuntos mencionados na referida Nota. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos ajustes de reapresentação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de agosto de 2013, sem ressalva.

Salvador, 16 de agosto de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0